



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO DEZASSETE**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO. -----**

----- Aos dezanove dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e sete de Junho de dois mil e oito -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número: vinte – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número: três para o ano financeiro de dois mil e oito. -----**

**Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número: vinte – Revisão ao Orçamento da Receita número: quatro para o ano financeiro de dois mil e oito. -----**

**Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: vinte – Revisão ao Orçamento da Despesa número: três para o ano financeiro de dois mil e oito. -----**

**Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Criação da Rubrica de Juros Compensatórios. ----- Ponto**

**Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Autorização para Contratação do Empréstimo no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” de trezentos e vinte e quatro mil seiscientos e vinte e dois euros e trinta e quatro**

cêntimos. ----- Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Análise Económico-Financeira referente ao 1º. Semestre de 2008 ----- Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Participação Variável no I.R.S. – Artº.20º. da Lei das Finanças Locais ----- Ponto Três Ponto Nove) – Apreciação e Votação da Fixação das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis ----- Ponto Três Ponto Dez) – Apreciação e Votação do Protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e a Câmara Municipal de Vimioso ----- Ponto Três Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Proposta para Criação de uma “Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal” de Trás-os-Montes – Intenção de Adesão ----- Ponto Três Ponto Doze) – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento para Revisão do Plano Director Municipal de Vimioso ----- Ponto Três Ponto Treze) – Apreciação e Votação da Aquisição de um Prédio Urbano sito na Freguesia de Duas Igrejas concelho de Miranda do Douro. ----- Ponto Três Ponto Catorze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento para Prémio de Fotografia – O Bebê do Ano. ----- Ponto Três Ponto Quinze) – Outros Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, António Augusto Xavier Alves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Faustino dos Santos T. Gonçalves Pissarro, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu

Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, e Manuel Delfim Martins Miranda. ----- Registouse a falta dos senhores deputados José Carlos Vaz Gonçalves, Paula da Felicidade Ferreira Martins e César Manuel Veiga Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada, e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e sete de Junho de dois mil e oito.** -----

----- Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta da sessão anterior (enviada antecipadamente) o senhor Presidente da Assembleia questionou se alguém pretendia intervir acerca da mesma. -----

- Interveio o senhor deputado José Luís que fez a seguinte intervenção: “eu dirijo-me especialmente ao senhor Vice-Presidente. Se lhe dá muito prazer referir que eu mudei de opinião, não se convença, não mudei de opinião, relativamente à questão dos terrenos da zona industrial. O que o senhor quis dizer foi que eu repensei, que eu não conheceria o regulamento e que, então, depois de ter lido, eu teria mudado de opinião por causa da questão do ponto do pedido de autorização à Câmara. Eu não referi esse ponto, porque esse ponto nunca foi aplicado, se não, eu desafio aqui o senhor Vice-Presidente a fornecer-me os despachos ou os deferimentos que deu, de pedidos de terrenos. Não deu nenhum, de certeza, ou então que mos dê porque em contrapartida eu apresento-lhe uma listagem daqueles que mudaram de nome. Tinha toda a ombriedade em vir aqui e dizer que me tinha enganado. Se calhar esse exemplo não o seguiria V.Ex<sup>a</sup>, porque se alguém se tem enganado aqui nesta Câmara têm sido vocês. Têm-se enganado na previsão dos planos, nos relatórios, nas taxas de execução, enganaram-se até conscientemente quanto a Assembleia aqui

vos aconselhou a que revissem a situação da estrada de Matela e não o quiseram fazer. Resultou em prejuízos para esta Câmara. Relativamente aos terrenos digo-lhe: assumam que consciente ou inconscientemente vocês além de prejudicar a Câmara, porque os terrenos teriam que reverter para a Câmara Municipal, permitiram a especulação”. ----- Pediu e foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Luís ao ter afirmado que a Câmara permitiu a especulação com os terrenos da zona industrial, disse não aceitar tal acusação argumentando que fora nos seus mandatos que foi deliberado a venda dos lotes a um cêntimo o metro quadrado. Mais ainda, referiu que os lotes vendidos pelos seus executivos, os proprietários já construíram nunca se tendo verificado qualquer especulação. Concluindo que o senhor deputado fazia a critica pela critica sem qualquer fundamento. ----- Interveio ainda o senhor Vice-Presidente tendo referido: relativamente à intervenção do senhor deputado José Luís, “ a verdade é que mudou de opinião e muda frequentemente. Por exemplo, disse, está em actas, que não sabia se o regulamento do Bebé do Ano tinha sido alterado. Ora ele que é um deputado assíduo, e mesmo que faltasse recebe a documentação da Assembleia Municipal, sabe que nunca tinha sido alterado, aliás vai ser proposta hoje a alteração. Muda de opinião quando diz, relativamente à zona industrial, está em acta, aprovada também pelo senhor deputado, que só após a morte é que se poderia transferir o lote na zona industrial. Na reunião seguinte, ele de facto foi documentar-se, e fez muito bem, veio verificar que não é só após a morte, é após três anos, por exemplo, de actividade ou então se houver autorização da Câmara Municipal. Ainda bem que ele foi documentar-se e que verificou que não estava correcto quando fez a sua primeira análise”. -----

----- Usou da palavra o deputado José Luís dizendo que “ estava tão mal documentado que conhecia o regulamento coisa que vocês aqui demonstravam não conhecer.”-----

----- Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a acta à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, por não ter estado presente na respectiva sessão. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- **Ponto Três) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Uma vez que todos os membros da Assembleia estavam na posse da informação (enviada antecipadamente), o senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções acerca deste ponto. -----

----- O senhor deputado Acácio Fernandes fez a seguinte intervenção: “ em relação às obras concluídas permitam-me que referencie aqui três: Polidesportivo descoberto de caçarelhos porque era uma promessa antiga que finalmente ficou cumprida. Digo isto porque este projecto fazia parte da célebre Rota da Terra Fria do Nordeste Transmontano, eu ajudei a definir essa Rota, se verificarem nos primeiros documentos o Polidesportivo de Caçarelhos está lá incluído. Pela execução dessa obra eu dou os parabéns à Câmara Municipal. Outra obra que infelizmenteurgia ser feita era a ampliação do cemitério de Algosó. Porque sei que as negociações para aquisição desses terrenos não são fáceis, por isso mesmo, eu dou os parabéns à Junta de Freguesia de Algosó. Outra obra que eu quero relevar é o embelezamento das rotundas de Carção. Acho que está uma obra bonita e acho que é uma ideia original de poupar água. Por isso parabéns à Junta de Freguesia de Carção. No âmbito das obras que a Câmara pretende realizar, mas por vários motivos não se realizam, em relação à mini-hídrica de Algosó eu quero perguntar se sabem se o bucho e a toupeira continuam livremente a desfrutar das margens do rio Angueira em Algosó, onde pretendem executar a mini-hídrica. Esta pergunta vêm-me à ideia porque, e eu já disse aqui, há coisas que só podem acontecer neste País. Não sei se viram e ouviram ontem o senhor Primeiro Ministro dizer que as energias renováveis não estão devidamente aproveitadas. Acho que foi assim mais ou menos que ele disse, pelo menos foi este o sentido e referenciou nomeadamente a energia hídrica. Depois vêm as toupeiras, vêm os lagartos a impedir que essas obras sejam feitas! Enfim, estamos onde estamos! “ -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Relativamente ao Polidesportivo de Caçarelhos não duvidou que o senhor deputado Acácio Fernandes, quando exerceu as funções de Vice-Presidente nesta Câmara, tivesse planea-

do fazer constar no Plano da Rota da Terra Fria o referido Polidesportivo. Contudo, nunca o mesmo esteve previsto na Rota; aliás, continuou, todo o plano do Rota foi cumprido e nunca o Polidesportivo constou do mesmo. Congratulou-se com o facto de que a obra iria de encontro aos anseios das pessoas esperando que ela possa ser desfrutada por todos. No que respeita à mini-hídrica informou que tinha recebido o ofício do Senhor Secretário de Estado do Ambiente a indeferir o processo na sequência do parecer emitido pelo ICN, mais concretamente pela Dr.<sup>a</sup> Carla Quaresma do Parque de Montesinho. Mostrou-se totalmente desolado com tal situação até porque, todos os organismos que emitiram parecer tinham garantido, inicialmente (com o primeiro projecto), a viabilidade da obra, não compreendendo a mudança de posição do ICN, atendendo a que os impactos ambientais das duas localizações são os mesmos, sendo que para a primeira localização o ICN nem sequer se pronunciou considerando não haver qualquer inconveniente. Informou que já reunira com o Senhor Secretário de Estado tendo o mesmo referido que era inviável a mini-hídrica na sequência do parecer do ICN. Face à situação e em função de todas as verbas gastas com projectos, considerou que era necessário ponderar todas as tomadas de posição sendo que era necessário concertá-las com o privado (HIDROERG) até porque foi esta que conseguiu o mais difícil – autorização de ligação à rede - . Considerou que deveriam ser estudadas outras alternativas a fim de ser aproveitada essa autorização de ligação à rede. Tal como o senhor deputado Acácio Fernandes, disse não compreender esta não viabilização da mini-hídrica existindo um contrasenso entre o que o Governo diz e defende – Aproveitamento do potencial hídrico – e a prática, neste caso a inviabilização duma mini-hídrica. ----- Usou da palavra o senhor deputado José Luís, para perguntar qual o estatuto da Mini-Banda de Vimioso atendendo a que a Câmara facultou serviço de motorista (autocarro) à mesma. Louvou a atitude e trabalho da Junta de Freguesia de Vimioso relativamente à reparação / reconstrução da Fonte de Lama de Olmos, tendo considerado, tal como já o fizera para S. Joanico, ser necessário colocar protecção lateral a fim de evitar possíveis acidentes. ----- Interveio o senhor deputado António Frias. Disse que quando o senhor deputado Acácio Fernandes interveio a propósito do Polidesportivo de Caçarelhos, lhe tinha dado vontade de rir, considerando que tinham começado as obras pelo telhado justificando que se tinha feito um Polidesporti-

vo onde não havia crianças, quando o que fazia falta era um Centro de Dia para Idosos podendo ser aproveitado o edifício da Escola Primária. Sugeriu que a Câmara Municipal ajudasse a que em todas as aldeias se fizesse um Centro de Dia porque a maioria dos idosos estão ao abandono. Louvou também os trabalhos feitos na Fonte de Lama de Olmos. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Manuel Miranda, relativamente à Fonte de Lama de Olmos, informou que as obras eram da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia. Quanto às barras de protecção a colocar na estrada, considerou-as necessárias. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Relativamente à Mini-Banda informou que esta tinha o Estatuto de Associação Cultural sem fins lucrativos, donde, sempre que à Câmara Municipal lhe é possível, fornece o transporte, referindo ainda que, a Mini-Banda sempre que lhe é solicitada qualquer colaboração/actuação pela Câmara Municipal, a mesma é feita a custo zero, como acontecera, por exemplo, na inauguração do Polidesportivo de Caçarelhos. Quanto à intervenção do senhor deputado António Frias segundo o qual dever-se-iam fazer Centros de Dia e não Polidesportivos referiu que para além dos polidesportivos a Câmara está a desenvolver e a prestar todos os esforços no sentido de disponibilizar respostas sociais (edifícios) para os Idosos. Lembrou ao senhor deputado que esta Assembleia aprovara um protocolo com o Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras para a construção de um Centro de Convívio com apoio domiciliário. Recordou que a Câmara doara o edifício da Escola, fazia projecto e assumia-se como dono da obra e fazia os arranjos exteriores, sendo que todos os restantes encargos financeiros cabiam ao Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras. Informou que, em reunião de rede social, todos concordavam com a construção desta valência. No entanto passado que foi quase um ano da entrada do projecto de arquitectura na Segurança Social, veio agora esta entidade dizer que se justifica o Centro de Convívio mas sem apoio domiciliário. Afinal quem não quer prestar serviços de proximidade aos idosos não é a Câmara, mas sim o Estado, o Governo mais concretamente a Segurança Social, com a agravante de não ser solicitado ao Estado qualquer verba para a obra. Lembrou que o parecer positivo da Segurança Social era fundamental para garantir a compar-

ticipação dos idosos. ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Referiu-se ao Polidesportivo de Caçarelhos para dizer que se não há crianças e jovens, é dever da autarquia criar condições para os atrair, caso contrário a solução seria cruzar os braços. Referiu que a Câmara iria continuar a investir na criação de equipamentos desportivos para fixar e atrair jovens, não só na sede de concelho mas também nas freguesias. Sublinhou que o apoio aos idosos tem sido feito e continuará a sê-lo exemplificando com o protocolo celebrado com Campo de Víboras e com todos os apoios dados às IPSS's do concelho. ----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, referiu que "as palavras do senhor deputado António Frias revelam algum desconhecimento da realidade da freguesia de Caçarelhos. É uma realidade que Caçarelhos também tem menos jovens do que tinha há quinze ou vinte anos atrás e ele sabe disso. Outra realidade é que, de facto, também de certeza que não passou por Caçarelhos no mês de Julho e Agosto e também não esteve na inauguração e foi convidado para isso e não esteve presente, porque se tem estado presente de certeza que teria observado que em Caçarelhos ainda há jovens, não tanto quanto desejaríamos. Eu acho que qualquer investimento que se faça numa aldeia é benvindo. Se me disser assim, entre um Polidesportivo e um Centro de Dia, qual é que eu preferia, com certeza que preferia os dois. Naturalmente que o Centro de Dia neste momento faz muita falta, é uma realidade, mas o senhor Vice-Presidente já respondeu a essa questão. Portanto neste momento desde que eu estou na Junta já tentei por várias vezes com o apoio do Centro Social de S. Pedro em Caçarelhos tentar aprovar o Lar. Neste momento já estamos convencidos que é impossível. Por isso estamos a partir para outra solução que é o Centro de Dia, aproveitar a Escola e converter a Escola para um Centro de Dia para apoio aos idosos. O que nos foi dito neste momento é que a Segurança Social não apoia, aliás já foi dito aqui, não vale a pena estar a referir. O Polidesportivo já era, uma das obras prometida, ainda eu tinha alguns treze ou catorze anos. Lembro-me na altura, os Presidentes de Junta, e quando era na altura das campanhas, prometiam sempre um campo de futebol de onze. Acontece que o Presidente da Junta anterior para tentar resolver a situação fez lá um campo e puseram-se lá duas balizas. Cumpriu-se a promessa. Acho que, neste momento, não é nenhum campo de futebol de onze é um Poli-

desportivo que está adaptado à realidade, é um Polidesportivo onde se podem praticar várias modalidades, (basta que duas pessoas o usem para praticar ténis, por exemplo). Acho que já é uma boa aposta e neste momento no mês de Julho e Agosto serão realmente os meses que virá a ter mais aproveitamento. Em Julho e Agosto apercebi-me da alegria das crianças e daqueles jovens pelo facto de terem ali um polidesportivo, e poderem brincar; isso já será uma forma de no próximo verão essas crianças e esses jovens, tenho a certeza que irão para Caçarelhos com mais vontade sabendo que tem lá um equipamento onde poderão divertir-se, brincar juntamente com os seus amigos ou com os pais. A Câmara fez muito bem ter investido e eu acho que faria muito bem se o fizesse noutras freguesias. Seria uma forma de tentar atrair ou pelo menos fazer com que os jovens que lá estejam se possam divertir, os poucos que ainda lá estão”. ----- Ainda relacionado com o apoio aos idosos e mais concretamente em Caçarelhos, o senhor deputado Luís Diz interveio dizendo que, na altura em que integrou a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso houve reuniões com o então senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, José Francisco Saco Martins no sentido de se avançar com o Lar cujo projecto está aprovado, disponibilizando-se a Santa Casa pela gestão do mesmo. Continuou dizendo que tudo foi feito para que em Vilar Seco fosse recuperada uma casa onde os idosos pudessem conviver e tomar refeições, evitando assim o apoio domiciliário a partir de Palaçoulo. No entanto devido às burocracias e exigências incompreensíveis não foi possível avançar, concluindo que tudo é simplificado quando se trata dos discursos mas depois, na prática, não é possível concretizar os projectos. ----- Interveio o senhor deputado José Luís. Disse ter gostado da explicação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, relativamente à utilidade do Polidesportivo. Quanto às valências de apoio a idosos disse ter estado presente na reunião da rede social (da qual faz parte) onde foi deliberado concordar com a construção do Centro de Convívio com apoio domiciliário para Campo de Víboras. Considerou correcta a opção da Câmara em atribuir os edifícios das antigas escolas primárias para fins sociais. Quanto à posição da Segurança Social referiu que esta não proíbe que se construam edifícios para apoio aos idosos. O que a Segurança Social diz é que não assegura a celebração de acordos para com-

participação dos idosos que venham a recorrer aos novos edifícios. Considerou esta postura compreensível porquanto a assistência aos idosos e a cobertura de ofertas, não é uma área que tenha uma discriminação negativa, pelo contrário, assegurou que era o concelho com melhor cobertura no distrito, podendo questionar-se a localização e distribuição dessas valências. No entanto, sublinhou que a existência de ofertas sociais a idosos dependia muito da iniciativa das instituições, como por exemplo as Santas casas de Misericórdia. Recordou que a Santa Casa de Misericórdia de Vimioso tem um Lar com setenta e cinco utentes, Centro de Dia, apoio domiciliário e apoio domiciliário integrado. Em síntese, concluiu que era natural que a Segurança Social, em função da boa oferta que existe no concelho, não aprove os acordos solicitados, exemplificando com o facto de a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso ter pedido vinte acordos e só terem sido aprovados quatro para apoio domiciliário, sendo que para os apoios domiciliários integrados não há acordos. Informou que vão existir mais valências no apoio a idosos como são a Unidade de Cuidados Continuados e as equipas de cuidados continuados integrados da responsabilidade do Centro de Saúde, donde concluiu que o concelho está bem servido, apesar de cada um querer os serviços tão perto de si quanto possível, situação inviável porque os recursos não dão para tudo. ----- Pediu e foi dada a palavra ao senhor deputado António Frias. Referiu-se ao apoio aos idosos, concordando que de facto o concelho está bem servido a nível de Lares. No entanto, considerou que as localidades que não dispõem de qualquer serviço ficam muito fragilizadas até porque o apoio domiciliário é feito sem qualquer proximidade ficando os idosos ao abandono, donde defendera que deveriam existir serviços, ainda que de outra natureza, em todas as aldeias, onde existiria mais proximidade e maior preocupação com o bem estar dos idosos, caso contrário basta ir pelas aldeias e ver os velinhos sentados nos degraus, abandonados, porque os lares preocupam-se fundamentalmente com os idosos que estão internados. ----- O senhor deputado José Luís pediu a palavra para responder a esta intervenção. Disse: “ó senhor deputado Frias, eu nem sequer quero empregar o termo que você aqui aplicou, mas não é verdade. Qualquer situação referenciada à Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, e eu respondo na de Vimioso porque pela de Vimioso tenho responsabilidades acrescidas, e estão aqui até meus antecesso-

res também, qualquer situação que seja identificada é estudada e tenho-lhe a dizer que estamos a dar apoio tanto em Campo de Víboras como estamos a dar apoio em Angueira, como estamos a dar apoio em Caçarelhos, como vamos dar também apoio a Vilar Seco. Todas as situações que são referenciadas todas elas são estudadas e se lhes tem dado resposta. Proximidade não é como você aqui referiu porque todos os dias embora o serviço domiciliário não obrigue a ir ao sábado e ao domingo, no protocolo não está contemplado o sábado e o domingo, a Santa Casa dá resposta ao sábado e ao domingo e nada melhor que perguntar aos utentes que tem esse apoio se estão satisfeitos ou não com o apoio que a Santa Casa lhe presta.” -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, fez a seguinte intervenção: “ hoje não estou muito em condições de falar porque realmente a revolta é tamanha que não se compreende. Queria salientar o apoio do deputado Frias e agradecer-lhe que realmente tem toda a razão. Em relação ao deputado José Luís tenho a certeza que não deve conhecer o País todo nem nada que se pareça para dizer que nós aqui estamos muito melhor que em qualquer outro lado. É mentira. Quanta mais oferta tiver melhor. É obvio que para os jovens se devem fazer obras mas hoje quem precisa mesmo são os velhos, porque segundo a estatística do Centro de Saúde de Vimioso o Campo de Víboras tem vinte e uma pessoas a viverem sozinhas. Acho que só por aí já se justificava. Além disso morreu lá uma senhora queimada. Se calhar, se tivesse o Centro de Dia podia lá estar. Há várias outras coisas que nem vale a pena aqui enumerar, mas o que se percebeu de si é que está a defender a Segurança Social”. ----- Novamente no uso da palavra, o senhor

deputado António Frias, propôs que a Assembleia apresentasse e votasse um voto de protesto face ao indeferimento da Segurança Social em relação ao Centro de Convívio com apoio domiciliário, e que esse protesto fosse enviado à Segurança Social. ----- O senhor deputado Luís Diz mostrou concordância para ser feito um voto de protesto recordando que, também em Caçarelhos,

já se tentara fazer o mesmo que se está a pensar para Campo de Víboras considerando, tal como o senhor deputado António Frias, que quanto mais próximo for o serviço de apoio aos idosos melhor. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Fregue-

sia de Avelanoso, José Quina. Referiu que, na sua opinião, o problema de não se fazer esta ou aquela obra social, não tem a ver com as burocracias, mas sim com a existência ou não de dinheiro. Se houver dinheiro faz-se, se não houver, arranja-se uma desculpa e não se faz. Disse ser a favor de um Centro de Dia em cada aldeia, seria excelente, mas não é possível porque o dinheiro não chega para tudo. Exemplificou com o facto de a Câmara não poder atender aos pedidos de todos e ao mesmo tempo justamente porque não tem dinheiro para tudo. Sugeriu que, como forma de se conseguir mais alguma coisa, as pessoas das aldeias que não tem serviços de apoio a idosos, se juntassem e em conjunto, decidissem qual o melhor local para se construir um novo Lar ou Centro de Dia. Talvez assim fosse possível conseguir-se alguma coisa. -----

----- Dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, este referiu que a questão dos serviços a idosos não se resumia só a dinheiro. Na sua opinião a localização dos Lares do concelho podia ter sido outra. A verdade é que Vimioso tem mais Lares que por exemplo Vinhais, donde quando forem apresentadas candidaturas para a construção de Lares, obviamente que a candidatura de Vinhais será mais facilmente aprovada. Sublinhou que desde que tomou posse como Presidente solicitou à Santa Casa da Misericórdia de Vimioso o serviço de apoio domiciliário em Caçarelhos, tendo esta entidade respondido positivamente e com qualidade, contrariando a observação do senhor deputado António Frias de que o apoio domiciliário não era de qualidade. Referiu ainda que sempre que apresentou novas situações à Santa Casa de Vimioso, esta respondeu de imediato e, só não há mais apoios domiciliários porque as pessoas ainda não estão muito disponíveis ou preparadas para compreender que este serviço tem de ser pago. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel a propósito de tudo se resumir à falta ou não de dinheiro, como referira o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, informou e foi da opinião de que o dinheiro existe, o problema é que é mal gerido e mal aplicado, exemplificou com o Programa de Conforto habitacional para idosos dizendo que só no distrito de Bragança já foram gastos mais de quatrocentos mil euros, muitos em casas de idosos que pouco ou nada usufruem desse arranjo donde seria bem melhor construir equipamentos onde eles tivessem sim conforto e

acompanhamento. ----- O senhor deputado Aníbal do Rosário, a propósito da construção de equipamentos para idosos deu o exemplo de Santulhão tendo sido um dos iniciadores da obra do Lar. Referiu que tudo partiu da carolice e da força de vontade de um conjunto de pessoas que fizeram peditórios e encontravam sempre forma de dar a volta ao texto sempre que se colocavam obstáculos. Enfim, aconselhou a que em Campo de Víboras se fizesse a obra e depois os acordos haveriam de ser discutidos. Sublinhou ainda a importância de as pessoas, nas suas declarações de IRS, indicassem sempre uma instituição para quem pretendem que uma percentagem do que tem a pagar seja transferido, defendendo pois a Lei do mecenato. -----

----- Novamente no uso da palavra, o senhor deputado José Luís, referiu que” o Centro Social e Paroquial de Campo de Víboras não pediu dinheiro para a obra. O que pede é que existam acordos de comparticipação aos idosos e são justamente esses acordos que a Segurança Social não faz porque Campo de Víboras fica entre Algosó e Vimioso, donde, o apoio domiciliário pode ser feito, como o está a ser, a partir de Vimioso (neste caso). Justificou que existindo respostas próximas não faz sentido a Segurança Social estar a disseminar acordos de cooperação. Referiu que a Misericórdia de Vimioso, acordos, está com vinte e quatro (agora com estes aprovados). Além desses acordos estamos a prestar mais apoios, como a Unidade de Cuidados Continuados. Há duas cozinhas no Lar agora, uma que teve que ser criada aquando das obras, nesta que sofreu alterações. Mas nós na altura quando fizemos obras já foi com intenção de ter a capacidade para fornecer também a Unidade de Cuidados Continuados porque a Unidade de Cuidados Continuados é mais um serviço que vai ter a Santa Casa. Temos capacidade, só com uma, tínhamos essa capacidade, até vai ser nossa intenção separar, isto porquê? Porque há problemas que se prendem com a cozinha, as refeições que saem para o apoio domiciliário terão que sair antes das outras porque ou umas já saem tarde ou outras saem cedo de mais. Portanto em termos de capacidade a Santa Casa tem, não há listas de espera.” -----

----- Não houve mais intervenções neste ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que os pontos: ---

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Modificação número: vinte – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**

número: três para o ano financeiro de dois mil e oito. -----

----- **Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação**

**número: vinte – Revisão ao Orçamento da Receita número: quatro para o ano financeiro de dois mil e oito. -----**

----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação**

**número: vinte – Revisão ao Orçamento da Despesa número: três para o ano financeiro de dois mil e oito. -----**

fossem apresentados e discutidos em simultâneo dada a sua complementaridade sendo que as votações ocorreriam de forma separada. ----- Para introduzir estes pontos foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Disse: “relativamente a estes três pontos da ordem de trabalhos todos eles estão relacionados, como bem disse o senhor Presidente da Assembleia. Se repararem o ponto três ponto dois tem a ver com a modificação ao Plano Plurianual de Investimentos e os outros recorrem exactamente disso. Como é do conhecimento desta Assembleia conseguimos ver aprovada a candidatura para o Parque Ibérico de Natureza e Aventura entre S. Joanico e Angueira na ordem de um milhão e quinhentos mil euros, donde, estando aprovado e assinado esse contrato de financiamento é necessário integrá-lo no Plano. Decorre que há receita e há despesa. Estes três documentos dizem respeito justamente a essa alteração provocada pela aprovação da candidatura para o Parque”. -----

----- Não tendo havido intervenções cada um dos pontos foi posto à votação tendo, todos eles, sido aprovados por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Criação da Rubrica de Juros Compensatórios. -----**

----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Referiu que os membros da Assembleia estavam na posse duma informação do Chefe de Divisão Financeira, a qual apontava para a necessidade de criar uma rubrica que contemplasse os juros compensatórios provenientes do IMI, donde se colocava esta necessidade à votação. -----

----- Não houve intervenções. Colocado à votação este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Autorização para Contratação do Empréstimo no âmbito do “Programa Pagar a Tempo e**

**Horas” de trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e vinte e dois euros e trinta e quatro cêntimos. -----**

----- Foi introduzido este ponto pelo senhor Vice-Presidente, tendo informado que não se trata de um novo empréstimo mas tão só aprovar a parte respeitante à não contratualização com o estado. Referiu que o empréstimo contraído junto do Estado já tinha sido visado pelo Tribunal de Contas. O que estava em causa era aprovar o empréstimo a fazer junto da banca a fim de ser submetido ao visto do Tribunal de Contas. -----

Porque não houve intervenções, o ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções do senhor deputado José Luís e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso José Quina. Colocado para aprovação em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Análise Económico-Financeira referente ao primeiro semestre de dois mil e oito. -----**

O senhor Vice-Presidente apresentou este ponto tendo referido que o relatório em questão, da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas, fora aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade, sendo que ele retrata aquilo que são ou foram as contas da Câmara no primeiro semestre de dois mil e oito. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. Foi aprovado por maioria com a abstenção do senhor deputado José Luís que justificou o seu sentido de voto com o facto de não conhecer devidamente o documento em causa. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Participação Variável no I.R.S. – Artº. 20º. da Lei das Finanças Locais. -----**

Na introdução a este documento o senhor Presidente da Câmara referiu: em reunião de Câmara fora deliberado que os cinco por cento revertessem para a Câmara. Defendeu esta opção com o facto de ele próprio, caso a deliberação fosse outra, ser um dos principais beneficiados a par das profissões liberais, bem como os médicos e enfermeiros, ou seja aqueles que auferem maiores salários. Assim não podia ser acusado da deliberação em causa própria, neste caso a seu favor. Além disso deliberando de forma diferente beneficiava-se quem mais ganhava. Revertendo os cinco por cento para a Câmara poder-se-ia apoiar ainda mais as políticas

sociais, como por exemplo o reforço em mais quinhentos euros do prémio aos bebés. ----- Usou da palavra o senhor deputado José Luís. Disse: “ por um lado eu tenho que concordar com a sua ideia, porque se o dinheiro ficar para a Câmara é lógico que fica para todos os residentes do concelho e é para ser investido aqui a nível local. Mas, de qualquer forma, também terei que defender a ideia de que se ficar para os contribuintes seria para aqueles que realmente tenham a sua residência fiscal aqui em Vimioso, não iria beneficiar aquele que não tem cá a residência. Seria um motivo para aqueles que não têm cá a residência passassem a ter. O concelho lucraria também por esse lado. Não me fere que o dinheiro seja investido de outra forma desde que fique cá no concelho e desde que seja bem investido e de uma forma equitativa. Se quisermos trazer contribuintes para o concelho optava para que fosse reforçada em função daqueles que tivessem a residência fiscal aqui no nosso concelho”. ----- Interveio o senhor Vice-Presidente, tendo referido que a questão que levanta o deputado José Luís também foi discutida na reunião de Câmara. Mas, feitas as contas, dos potenciais novos contribuintes no concelho, o resultado líquido para o município seria sempre prejudicial, isto é, o que resulta aqui são setenta mil euros para a Câmara, se tivéssemos mais contribuintes a percentagem de aumento da contribuição a nível do Orçamento do Estado para a Câmara resultaria à volta dos dois ou três por cento, o que não é significativo. O que é significativo para termos aqui mais gente é por exemplo o que vamos fazer a seguir, é ter o IMI nas taxas mais baixas é proporcionar actividades de enriquecimento curricular, este ano alargado às crianças do pré-escolar e é aí que nós estamos a investir, exactamente na área social, na área da educação. ----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, a propósito dos apoios à educação informou que empresários do concelho, fornecedores de material escolar se tinham queixado dizendo que a Câmara não comprava o material no concelho, donde não valia a pena investir no mesmo. -----

----- Respondeu o senhor Vice-Presidente, tendo informado que todo o material existente no Centro Escolar todos os livros oferecidos aos alunos do primeiro ciclo, e todo o restante material solicitado pelo agrupamento de escolas era todo adquirido aos fornecedores do concelho, donde, essa queixa não fazia qualquer sentido. -----

----- Ainda no âmbito da educação, no uso da palavra, o senhor deputado Aníbal do Rosário transmitiu o testemunho de vários professores que passaram pelo agrupamento de escolas de Vimioso, tendo todos eles louvado e aplaudido a forma como a Câmara apoia a escola e os alunos e portanto também os professores. Transmitiram-lhe as saudades que têm de trabalhar em Vimioso. Louvam o trabalho dos técnicos e do vereador Jorge Martins (responsável por esse pelouro) pois que, basta que digam, falta isto ou aquilo, e nesse mesmo dia o problema é resolvido. Concluiu dizendo que o senhor deputado José Luís certamente o iria “acusar” de ser do partido da Câmara, mas tinha de apresentar esse testemunho. -----

----- No uso da palavra. O senhor deputado José Luís começou por referir que o senhor deputado Aníbal do Rosário batia muito bem palmas à Câmara. Referiu que a nível da educação também as batia, porque conhecia esses esforços e apoios. No entanto referiu que ainda podia ser feito mais designadamente quanto às condições da EB2/3 (aquecimento) e transportes escolares. Finalizou deixando uma questão: com tão boas condições como se justifica que ainda haja insucesso escolar em Vimioso? -----

----- Não tendo havido mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Ponto Nove) - Apreciação e votação da Fixação das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

----- Na introdução a este ponto o senhor Presidente da Câmara referiu que as taxas propostas eram as mínimas considerando que ao onerar ao mínimo as pessoas, se estava a contribuir para a sua fixação ao mesmo tempo que se dava um sinal positivo àqueles que quisessem vir viver e trabalhar para o concelho. -----

----- Posto à votação este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta.

**Ponto Três Ponto Dez) – Apreciação e Votação do Protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e a Câmara Municipal de Vimioso.** -----

----- O senhor Vice-Presidente introduziu este ponto tendo sublinhado a importância de que o mesmo se reveste designadamente no tratamento de informação do e para o concelho. Sublinhou que a cooperação com o Instituto Nacional de Estatística já vem sendo feita, sendo que este protocolo apenas vem oficializar essa relação. -----

----- Não houve pedidos de intervenção pelo que o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Três Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Proposta para Criação de uma “Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal” de Trás-os-Montes – Intenção de Adesão. -----**

O Senhor Presidente da Câmara introduziu este ponto referindo a importância da criação desta associação que contempla os municípios da NUT III Trás-os-Montes, para as futuras contratualizações com a C.C.D.R.N. Remeteu para os estatutos distribuídos aos senhores membros da Assembleia, disponibilizando-se para e toda e qualquer pedido de informação / esclarecimento. -----

----- Não tendo havido intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Três Ponto Doze) – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento para Revisão do Plano Director Municipal de Vimioso. -----**

O senhor Vice-presidente informou que estava em curso o concurso para revisão do Plano Director Municipal. Informou que a lei determina que exista uma comissão de acompanhamento da revisão ao PDM. Essa comissão é integrada por vários organismos / instituições públicas desde a área agrícola à energia passando pelo património, conservação da natureza etc. Determina ainda a lei que integre esta comissão um representante da Assembleia Municipal donde cabe a mesma eleger esse representante. --

----- O senhor Presidente da Assembleia abriu um período para apresentação de propostas por parte dos Grupos Municipais. -----

----- O senhor deputado Aníbal do Rosário, em representação do Grupo Municipal do PSD propôs o senhor deputado Vítor Paiva para integrar a comissão de acompanhamento para revisão do PDM. Não tendo havido mais propostas o senhor deputado Vítor Paiva foi eleito por unanimidade. -----

**----- Ponto Três Ponto Treze) – Apreciação e Votação da Aquisição de um Prédio Urbano, sito na Freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro. -----**

----- O Senhor Presidente da Câmara introduziu este ponto recordando que já no anterior mandato a Câmara Municipal celebrar, com a

Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa, um acordo em que a Câmara atribuía quinhentos mil euros à cooperativa para esta se instalar em Vimioso (construção de uma unidade de transformação de carne). Informou que em função das regras das candidaturas a fundos comunitários a que a cooperativa vai recorrer, não podem existir outras fontes de financiamento (próprias e fundos comunitários), donde o acordo celebrado não poderia concretizar-se. Analisada a situação em reunião de Câmara e por forma a honrar o compromisso assumido por um lado, e a garantir a instalação da unidade na zona industrial por outro, foi deliberado adquirir a unidade que a cooperativa tem em Duas Igrejas (rações) pela quantia de quinhentos mil euros. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, o qual se mostrou totalmente de acordo com o assunto em questão tendo defendido todo o apoio para a instalação da unidade da cooperativa mirandesa no concelho. -----

----- Novamente no uso da palavra o senhor Presidente da Câmara sublinhou que esta solução encontrada para a fixação da unidade industrial (Raça Mirandesa) era muito mais segura do que a acordada no anterior mandato, pois caso as coisas corressem mal a Câmara teria sempre a garantia das instalações em Duas Igrejas, além de que, esclareceu, o pagamento dessas instalações seria feito em paralelo com o decorrer das obras da unidade na zona industrial. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Manuel Miranda, acerca das instalações da cooperativa em Duas Igrejas, deu o seu testemunho, pois que, fora na época em que era secretário da cooperativa que se fizeram avultados investimentos nas referidas instalações, assegurando que o valor das mesmas é superior a quinhentos mil euros. Considerou a unidade industrial fundamental para o concelho uma vez que traria mais valias para os produtores de bovinos pois que viria valorizar a carne. -----

----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, louvou a Câmara Municipal por este “negócio” dizendo que só vem confirmar a capacidade negocial do Senhor Presidente da Câmara, até porque este acordo era muito melhor do que o celebrado no anterior mandato. ----- O

Senhor Presidente da Câmara interveio para informar que a cooperativa mirandesa solicitara mais verbas, para além dos quinhentos mil euros, no entanto a Câmara não se mostrou disponível para tal, oferecendo sim o serviço de movimento de terras, arranjos exteriores e vedação nas obras da unidade a construir. Sublinhou que esta unidade a localizar-se em Vimioso não deve ser vista como uma maior capacidade negocial em relação a Miranda do Douro, defendendo sim todo o Planalto Mirandês como um todo, recordando a boa e estreita relação com Mogadouro e Miranda do Douro, pois que todos os investimentos feitos no Planalto, fosse em que concelho fosse trariam sempre benefícios para todos. -----

Interveio o senhor deputado José Luís Rodrigues. Louvou a decisão da Câmara Municipal considerando que era um bom negócio para o concelho donde aplaudiu a capacidade de atracção de tal investimento. Foi da opinião e lançou o desafio no sentido de ser criada uma marca de qualidade devidamente certificada, ligada a Vimioso, considerando que, dessa forma o concelho poderia ficar associado pela positiva a essa marca. Mostrou ainda a sua satisfação pelo facto de este investimento ir de encontro aquilo que ele próprio tem defendido, ou seja investir por forma a valorizar, a defender e a apostar naqueles que cá trabalham sendo que, a maioria ainda são os agricultores, considerando que ainda são eles que dão vida às aldeias do concelho. -----

----- Interveio o senhor deputado Luís Diz. Também louvou a decisão da Câmara Municipal e comungou da opinião do senhor Presidente da Câmara quanto à necessidade de união e reforço dos municípios do Planalto Mirandês. Considerou esta iniciativa e a do Parque Ibérico dois bons exemplos do caminho que o concelho deve seguir. -----

----- No uso da palavra o senhor Vice-Presidente sublinhou que a Câmara Municipal criou e ofereceu todas as condições para a fixação da cooperativa mirandesa na zona industrial. No entanto, aconselhou alguma prudência quanto ao consumir do investimento uma vez que a cooperativa ainda não tinha apresentado a candidatura a fundos comunitários. Considerou que um dos factores que contribuiu para a escolha de Vimioso por parte da cooperativa foi a “oferta do terreno”. Além disso continuou, a Câmara a fim de diminuir os custos da obra à cooperativa assumiu alguns compromissos como referira o senhor Presidente da Câmara. Continuou dizendo que a aposta

na zona industrial era decisiva pois que ela podia viabilizar projectos e investimentos no sector agrícola quer directa quer indirectamente. A propósito do apoio aos agricultores recordou que o concurso de bovinos concelhios é unanimemente reconhecido como o melhor. Quanto à necessidade de ser criada uma marca, lembrou que a marca “carne mirandesa” já está criada com projecção nacional. Defendeu que deveriam ser criada (s) outra (s) marca (s), associadas ao Parque Ibérico por forma a dar valor aos produtos locais, considerando que a marca deveria ser o nome Vimioso. -----

----- Não se registaram mais intervenções pelo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Catorze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento para Prémio de Fotografia – O Bebé do Ano. ---**

----- O Senhor Presidente da Câmara introduziu este ponto referindo que ao aumentar o prémio de quinhentos para mil euros se pretendia premiar os bebés nascidos bem como os seus pais uma vez que eles se assumiam como o exemplo de que é possível e vale a pena viver, trabalhar e constituir família no nosso concelho. Considerou que este aumento representava um esforço significativo para a Câmara Municipal mas que era um prémio justo e merecido àqueles a quem era atribuído. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís Rodrigues tendo apresentado a sua posição: “ que se invista e que se gaste nas condições daqueles que continuam cá a residir, que não se dê àqueles que se vêm cá inscrever. Que se respeite o regulamento e que sejam mais rigorosos em saber quem reside, e quem não reside, que se tenha sempre em consideração a questão de residir permanentemente durante o ano, a não ser que alterem. Se hoje decidirem alterar esse ponto que se altere, agora que se cumpra o regulamento. Mas acima de tudo, eu defendo mais o investimento desse capital nas condições daqueles que continuam aqui a ficar, como a questão do inglês, aquela questão que eu já uma vez aqui propus de lhe facilitar um período na natação, se for possível, da iniciação ou com outras iniciativas para essas crianças que continuam cá a residir. Agora eu sou totalmente contra e, manifesto mais uma vez, é a minha opinião continuo a defendê-la contra aquele que vem aqui inscrever o filho para receber esse prémio e depois não mora cá. Isso sou redon-

damente contra e continuo a defender, é a minha posição". -----

Em forma de resposta o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que o regulamento era para cumprir e que se tem cumprido, solicitando que fossem indicados e nomeados os casos em que não foi cumprido. -----

--- Novamente no uso da palavra o senhor deputado José Luís, sublinhou que o não cumprimento do regulamento respeitava ao facto de neste se explicitar residência permanente considerando pois que bastava retirar a palavra (permanente) e já não haveria incumprimentos ao regulamento, tendo exemplificado com o caso de uma senhora / mãe de Avelanoso que, desde que casara nunca mais lá residira tendo-se candidatado e sido atribuído o prémio. -----

O senhor deputado Manuel Oliveira, na sua intervenção considerou que se fosse aplicado o raciocínio do senhor deputado José Luís, qualquer dia não haveria gente no concelho, nem eleitores, nem contribuintes, uma vez que é sabido por exemplo, que os bebés nascem em Bragança. Além disso considerou que a questão da residência permanente é muito subjectiva porque é possível ter mais de uma residência. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso considerou que os regulamentos tinham de ser claros e concisos não vulneráveis à interpretação subjectiva. Disse não ser contra o prémio e o seu aumento ainda que, na sua opinião, o mesmo em nada contribuir para o aumento da fixação da população. Deu o seu exemplo em que, embora não vivendo permanentemente em Avelanoso, se considera total e absolutamente de Avelanoso. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos interveio para referir que não é fácil definir o que é ou não residência permanente, sublinhando que no caso do concurso bebé do ano essa residência é atestada pelo presidente da junta de freguesia sendo que este só pode emitir o atestado se a pessoa reunir as condições necessárias à sua emissão. -----

Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel. Louvou a decisão de aumentar o valor do prémio tendo lembrado que hoje Vimioso é reportado em todo o país como o primeiro concelho a ter atribuído prémios à natalidade. Disse que toda a discussão à volta do assunto não resolveria nada, considerando que quem não concordava deveria votar contra e os que concordavam votariam a favor. ----- Não tendo havido

mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções do senhor deputado José Luís e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina. ----- Posto à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. ----- Pelos senhores deputados José Luís e senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina foi apresentada declaração de voto: “ a razão da nossa abstenção não tem a ver com a alteração ao valor do prémio, mas tão só com a aplicabilidade dos critérios de atribuição do mesmo, propondo, a retirada do texto do regulamento da designação residência permanente”. -----

----- **Ponto Três Ponto Quinze) –**  
**Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel. A propósito do Centro de Convívio com apoio domiciliário de Campo de Víboras, agradeceu a posição do senhor deputado António Frias, considerando, tal como ele, que este tipo de iniciativas sociais deviam ser totalmente apoiadas e não bloqueadas. Questionou o senhor Presidente da Câmara quanto ao estado da situação do canil alertando para a urgência do mesmo a fim de fazer face a problemas com cães vadios que colocam em causa a segurança e saúde das populações. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Relativamente ao Centro de Convívio com apoio domiciliário encorajou o senhor Presidente da Junta de Freguesia a não desistir e a acreditar que é possível concretizar o projecto, tendo louvado todos os esforços desenvolvidos. Quanto ao canil informou que a conclusão da obra está dependente do empreiteiro (andamento dos trabalhos) mas que no final do ano, início de dois mil e nove estará pronto para entrar em funcionamento. -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, tendo uma vez mais demonstrado a sua frustração a respeito dos entraves colocados pela Segurança Social relativamente ao Centro de Convívio com apoio domiciliário, tendo mesmo desabafado que dadas as circunstâncias não se justificaria a sua continuidade à frente da freguesia estando mesmo a ponderar abandonar o cargo. --

----- O senhor Presidente da Câmara, uma vez mais, encorajou o

senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, argumentando que é nos momentos difíceis que temos de ter mais coragem e persistência, tendo referido que se dependesse das contrariedades, ele próprio tinha muitos e justificados motivos para ter abandonado o cargo, como são os exemplos da mini-hídrica, da estrada do rato etc. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina compreendeu a frustração do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, contudo encorajou-o a não desistir considerando mesmo que as contrariedades só nos devem motivar ainda mais, pois, caso contrário já não haveria ninguém no concelho a exercer cargos políticos. Também, a exemplo do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, sublinhou a importância da entrada em funcionamento do canil, referindo que, em época de caça, principalmente, são abandonados muitos cães que causam vários problemas, donde emerge resolver a situação. Referiu-se ainda, no âmbito do processo de revisão do PDM, à necessidade de encontrar mecanismos que promovessem a recuperação / reconstrução das casas antigas nas aldeias, nomeadamente nos centros das mesmas, sugerindo a aprovação de regulamentos nesse sentido e a afectação de fundos monetários para os proprietários ficarem mais motivados. ----- Respon-

deu o senhor Presidente da Câmara, referindo que tem sido uma preocupação da Câmara incentivar a reconstrução de habitações degradadas e em ruína. Mostrou toda a disponibilidade para o apoio técnico, sendo que as ajudas financeiras estão dependentes de programas específicos como foi o caso da Rota da Terra Fria que permitiu a recuperação de fachadas em Avelanoso e Algosó. ----- No uso

da palavra o senhor deputado Luís Diz mostrou a sua preocupação quanto à existência de cães abandonados e em estado de doença considerando que a entrada em funcionamento do canil é urgente. Relativamente aos apoios a idosos sugeriu que na questão de proximidade, fossem recuperadas casas, criadas associações em que jovens senhoras ou casais pudessem prestar assistência e apoio a esses idosos. ----- O senhor Presidente da

Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, agradeceu o serviço de máquinas realizado na sua freguesia tendo referido que o arranjo de caminhos já tinha sido de grande utilidade no combate a incêndios. Referiu-se à necessidade de

ser concretizada a ligação Angueira – Especiosa (concelho de Miranda do Douro) solicitando ao senhor Presidente da Câmara todos os esforços nesse sentido. Solicitou ainda o serviço da retro-escavadora e camião a fim de colocar barro numa represa por forma a garantir a retenção da água. Apresentou o problema, solicitando a intervenção da Câmara, da demora da reparação / substituição de lâmpadas da iluminação pública, situação que gera a reclamação, com razão por parte das pessoas. Referiu-se ao horário dos bares, sendo da opinião que, existindo já em funcionamento uma discoteca, que os bares funcionassem apenas até às duas horas permitindo-se o alargamento do horário em dias festivos e por ocasião de períodos de férias. -----

----- Interveio o senhor deputado José Luís, começando por concordar com a opinião do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira no que respeita à redução dos horários dos bares, evitando-se, dessa forma, as queixas relativamente aos barulhos, bem como algumas situações de violência que têm ocorrido. Referiu-se à necessidade de fazer uma intervenção na estrada de acesso ao parque de merendas de Vimioso junto ao rio Angueira uma vez que está praticamente intransitável. Apresentou o problema relacionado com o abastecimento de água, designadamente a pressão ao Centro de Saúde, solicitando que sempre que houvesse qualquer intervenção na rede fosse informado o Centro de Saúde até porque estava em causa o funcionamento de máquinas (autoclave e máquina de desinfecção) cujas avarias e respectivas reparações ficavam muito caras pondo em causa o normal funcionamento dos serviços. Mostrou-se preocupado quanto às casas que estão em ruína e ameaçavam ruir considerando que a Câmara Municipal deveria criar uma estratégia de forma a intervir de imediato nos casos de maior urgência. Alertou para o facto de uma placa colocada na rotunda à saída para Miranda do Douro ter a inscrição de Rio Angueira quando o correcto é Rio Angueira. -----

----- Para responder às anteriores intervenções foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente aos problemas causados pelos cães abandonados, voltou a referir que tudo está a ser feito para que no início do ano o canil esteja em funcionamento. Quanto à ligação Angueira – Especiosa, informou que já tinha reunido com o seu colega Presidente da Câmara de Miranda do Douro, que existe vontade de ambas as partes em fazer essa obra

sendo que, numa primeira fase, começar-se-ia por colocar manilhas a fim de permitir a travessia e ligar, nesse local, os dois concelhos. No que respeita ao apoio de máquinas na reparação do açude referiu que bastava calendarizar os trabalhos. Quanto ao problema da iluminação pública, informou que sempre que chegam queixas à Câmara se encaminham de imediato para a EDP, sublinhando que, os senhores Presidentes da Junta de Freguesia também o podiam fazer através de um telefone existente para o efeito. No tocante aos horários dos bares, lembrou que o horário foi alargado para as quatro horas a pedido da Associação Comercial, sublinhou que, a partir de então deixaram de chegar queixas quanto ao barulho e distúrbios ocorridos à hora da saída (duas horas). Recordou que fora ele próprio a entusiasmar os investidores da discoteca concordando com a necessidade de ser encontrada uma solução que não ponha em causa a viabilidade desse investimento. No que concerne aos acessos ao parque de merendas de Vimioso lembrou que a responsabilidade dos acessos é das Estradas de Portugal pois que se trata de uma estrada nacional. Informou que decorrem negociações com a Estradas de Portugal no sentido de esse troço ser desclassificado entregue à Câmara, mas só depois de intervenção. Quanto ao problema da pressão da água no Centro de Saúde sugeriu que a questão fosse colocada directamente à AGS, ainda que a própria Câmara solicitaria à empresa o estudo duma solução para o problema. Relativamente às casas em ruína e que apresentam perigo para a segurança referiu que a Câmara já tinha o levantamento desses imóveis, que já oficiara os proprietários e inclusive, já foram feitas algumas intervenções. Sublinhou que os meios disponíveis são poucos e que não era fácil conseguir o pagamento dos trabalhos por parte dos proprietários. -----

Intervio o senhor deputado Luís Diz. A propósito do horário dos bares lembrou que, frequentemente se pede à Câmara para criar condições para o desenvolvimento económico. Ora é hoje uma realidade que Vimioso tem muito movimento ao nível da restauração e estabelecimentos de bebidas, atraindo muita gente exterior ao concelho, inclusivamente de Espanha, donde a estratégia seguida está a dar bons resultados. Louvou a decisão da Câmara em ter alugado a antiga escola primária a uma jovem empresária, que fez um investimento oferecendo um serviço às crianças do concelho de grande qualidade. -----

----- Respondeu o senhor Pre-

sidente da Câmara dizendo que a Câmara relativamente a essa jovem empresária apenas alugou as instalações da escola primária por um valor simbólico. -  
----- Solicitou e foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. A propósito da transferência de competências no âmbito da educação para os municípios, informou que tinha havido reuniões com o representante da DREN, Dr. Alcídio Castanheira, nas quais a Câmara aceitava a proposta apresentada com a condição de ver garantidas, no protocolo, a realização das obras da EB2/3 e no Pavilhão Gimnodesportivo ambos propriedade do Ministério da Educação. O Ministério nunca deu essa garantia, propondo delegar ao município essa competência, proposta que foi considerada totalmente inaceitável, até porque contrariava o compromisso assumido pela Senhora Ministra da Educação em resposta às perguntas efectuadas pelos deputados do PSD eleitos pelo distrito de Bragança:

Em resposta ao assunto mencionado em epígrafe, remetido a este Gabinete através do ofício número quatro mil seiscentos e setenta/MAP, de dois de Maio de dois mil e oito, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Educação de transmitir o seguinte:

1. A qualidade do sucesso educativo é objectivo primordial deste Ministério, pelo que foram mobilizados todos os esforços para melhorar as condições de aprendizagem dos alunos que integram o edifício escolar que alberga o segundo e terceiro Ciclos do Ensino Básico de Vimioso.

2. A Escola em apreço tem merecido tratamento especial por parte da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), considerando tratar-se de um projecto específico (tipo indubel) com características físico/funcionais desadequadas às exigências pedagógicas e variações climatéricas, as quais se devem à região onde está inserida.

3. Está em curso a elaboração de um projecto de requalificação global das instalações com vista a dotar a Escola de condições de conforto térmico e acústico, bem como a abolição de todas as barreiras arquitectónicas. Nesta requalificação serão também garantidas adequações físicas dos espaços

pedagógicos, criando todas as condições para a implementação das áreas experimentais e tecnológicas.

4. Após a conclusão do projecto, será lançado o concurso para a execução da respectiva empreitada, ainda no decurso do corrente ano, decorrendo esta empreitada em simultâneo com as actividades lectivas.

5. Concluindo, saliente-se, não obstante os constrangimentos inerentes a este processo, é convicção deste Ministério que a comunidade educativa da EB1 de Vimioso beneficiará de uma melhoria das condições de ensino/aprendizagem, designadamente quanto ao conforto, segurança e adequação dos espaços pedagógicos, de modo a facilitar a existência de uma Escola de sucesso.

----- Concluiu que não é aceitável a proposta do Ministério da Educação tanto que assumiu iniciar as obras ainda no decorrer deste ano e a Câmara Municipal até alargava o prazo até final do ano lectivo. Considerou que este tipo de atitude não se coadunava com o relacionamento entre Governo e Autarquia. ---  
-----

----- Não houve mais intervenções neste período. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

|

\_\_\_\_\_

|